

# Professores da Ufal irão entrar em greve na quinta

Categoria decidiu ontem paralisar as atividades por tempo indeterminado



Greve geral, com participação das demais categorias, pode ser definida hoje em assembleia do Sintufal

Os docentes da Universidade Federal de Alagoas realizaram assembleia geral ontem e decidiram entrar em greve na próxima quinta-feira (17).

Representada por seu vice-presidente, professor Marcio Gomes Barboza, e seu tesoureiro-geral, Ailton Silva Galvão, a Associação dos Docentes da Ufal (Adufal) votou e se disse favorável à paralisação por tempo indeterminado. Hoje, o Sindicato dos Trabalhadores da Ufal (Sintufal), que representa as demais categorias, fará assembleia para definir se adere à greve.

"Como cada entidade tem direito a apenas um voto, nós votamos de mãos dadas, como forma de demonstrar, simbolicamente, a posição de unidade da entidade", disse o professor Ailton Galvão.

Segundo ele, foi feita uma

análise de conjuntura, contemplando os recentes contatos do Sindicato Nacional dos Professores com o Ministério da Educação, onde se ponderou o fato de a deflagração da greve interferir no processo de negociação com o governo. No entanto, o que falou mais alto para a categoria foi o entendimento que a greve é um instrumento que os trabalhadores têm para pressionar o governo.

Em sua opinião, as paralisações dos dias 19 e 25 de abril contribuíram para que o governo iniciasse a negociação, mas os docentes ainda cobram o reajuste do adicional de insalubridade. "O governo paga o acordo emergencial firmado em agosto de 2011 que deveria ter sido implantado no contracheque de abril, no entanto, diminui os valores da insalubridade, o que representa perdas em nossos vencimentos", aponta o dirigente.

Segundo suas explicações, o governo propôs o acordo de agosto 2011 de forma emergencial para corrigir distorções que existem nos salários dos docentes, entretanto tal acordo não contempla os demais itens referentes à pauta de negociação, protocolada em julho daquele ano, tais como a garantia de financiamento público para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade.

A carreira única para todos os docentes; a aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados; a contratação somente a partir de concurso público, pelo regime jurídico único e a garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos Hospitais Universitários com adoção de medidas contra sua mercantilização e privatização são pontos que estavam na pauta e que não tiveram ainda resposta do governo.

De 42 instituições federais de ensino superior, 33 foram favoráveis à greve.